

O exemplo alemão

Os três pilares da Alemanha contra o "modelo chileno"

Contra a tentativa de "chilenização" da nossa previdência, o belo exemplo da Alemanha. Foi com este espírito que o presidente Mizael Matos Vaz reuniu-se, no início da noite de 15 de abril, no Hotel Maksoud, com o ex-chefe de governo alemão Helmut Schmidt, em um encontro de quase uma hora de duração e que teve como principal tema a ampla experiência previdenciária alemã. Foi na Alemanha, pelas mãos de Bismarck, em meados do século passado, que a previdência social surgiu no mundo tanto como corpo de doutrina como no terreno prático, concretizando um ideal que a humanidade vinha perseguindo desde sempre, mas especialmente a partir de tentativas mais consistentes feitas pelas cidades-repúblicas italianas entre o período medieval e o renascimento.

O encontro de Mizael com Schmidt foi não apenas oportuno como rico em novas informações capazes de nos esclarecerem melhor o sentido da política previdenciária alemã. A oportunidade da reunião deve-se a ter ela coincido talvez com a fase mais aguda da campanha movida pelos que desejam a "chilenização" da previdência brasileira. Ora, o exemplo alemão - e o presidente da ABRAPP tinha isso muito em mente quando agendou a conversa com Schmidt - é um dos melhores antídotos contra o "modelo chileno". Por pelo menos duas razões: a política alemã é não só um sucesso, como é o contrário da colocada em prática no Chile, que, por sinal, ainda não provou o seu acerto.

Inversamente ao que fazem os chilenos, os alemães têm uma previdência baseada em três pilares: estatal, empresarial e individual. Os mesmos, aliás, nos quais se inspirou o "modelo brasileiro".

Foi muito positivo ver alguém com a autoridade de um Helmut Schmidt, ex-chefe de governo de uma das nações líderes do mundo, pronunciar-se a favor de uma política previdenciária baseada nesse tripé, no momento em que uma certa corrente quer fazer recair apenas sobre os trabalhadores o ônus da contribuição previdenciária.

Na Alemanha, disse Schmidt a Mizael, na presença de jornalistas alemães e brasileiros, o Estado e as empresas dividem o custeio da previdência com os trabalhadores, dentro de um enfoque social capaz de garantir o atendimento de toda a população. "O Estado não pode deixar de estar presente", observou o ex-chanceler, lembrando um episódio ocorrido na década passada, no qual um dos maiores bancos de seu país encontrou sérias dificuldades após o insucesso de seu plano previdenciário. Schmidt, é claro, não quis dizer com isso que os planos abertos são inviáveis. Apenas lembrou que o campo previdenciário, por ter como prioridade o atendimento das necessidades das pessoas de forma mais ou menos independente de sua capacidade contributiva, acaba não sendo o terreno ideal para a movimentação de quem corre atrás do lucro fácil.

Apesar disso, e malgrado o fato de o Brasil ter uma maioria da população de baixa renda, com mínima capacidade de poupar para o futuro, há brasileiros que, insensíveis a essa realidade social, ainda assim desejam transformar a previdência brasileira em uma atividade voltada para o lucro. Foi isso que Mizael explicou a Schmidt, no relato que fez a este último da luta empreendida pelos fundos de pensão brasileiros contra as torpes manobras dos setores interessados nessa

"chilenização" a todo custo. Ao participarem do encontro, os diretores Roberto Siqueira Leite e Reginaldo José Camilo, e o superintendente-geral Devanir da Silva, reforçaram com suas presenças a visão de nosso sistema como uma obra coletiva de uma comunidade coesa na defesa de suas crenças.

Na Alemanha, a previdência básica, de natureza obrigatória, é financiada principalmente pelas empresas e seus empregados, na base de 9,25% do salário para cada uma das partes, mas o governo não está ausente, contribuindo com pouco menos de 20% do custo das aposentadorias e pensões compulsórias. O regime adotado é o de repartição, desde fins da Segunda Guerra, e o período mínimo de contribuição de 60 meses, com o segurado de ambos os sexos podendo entrar no gozo do benefício a partir de 63 anos. Após 40 anos de contribuição, o sistema oferece, em média, 63% do salário médio, segundo indicações do estudo preparado pela FGV para a ABRAPP.

A previdência complementar alemã funciona a nível das empresas e adiciona de 10 a 20% do salário aos benefícios pagos aos aposentados. O sistema, que funciona segundo o regime de capitalização e abrange os empregados de 67% das empresas alemãs, cobre nada menos de dois terços da população economicamente ativa. Existem também na Alemanha planos abertos, ao lado de um sistema complementar gerido pela própria previdência social. ●

O Estado não pode deixar de estar ativamente presente dentro de uma previdência que tenha um enfoque social, como na Alemanha

Helmut Schmidt
Ex-Chanceler da Alemanha



O sucesso do modelo de três pilares praticado na Alemanha reforça a nossa luta contra a "chilenização" da previdência brasileira

Mizael Matos Vaz
Presidente da ABRAPP

